

# RECONSIDERANDO A CRÍTICA DE GESELL SOBRE A TEORIA DO CAPITAL DE MARX

## Resumo

Este artigo do professor Tsuyoshi Yuki, da Universidade Saitama do Japão, apresenta a crítica de Gesell à teoria do capital de Marx. Keynes considerava a Economia Política de Silvio Gesell uma poderosa chave para a reação ao marxismo. Por isso, a economia heterodoxa que se apoia tanto em Keynes quanto em Marx pode desenvolver-se com mais propriedade conhecendo com maiores detalhes este autor, cujas obras mais controversas são *A Ordem Econômica Natural* [*The Natural Economic Order*] (1920, 4ª edição) e *A Exploração, suas causas e seu combate* [*Die Ausbeutung, ihre Ursachen und ihre Bekämpfung*] (1922).

**Palavras-chave:** moeda local; anarquismo; mais-valia; exploração; juro básico; teoria do dinheiro-capital.

**Classificação JEL:** B14, B31.

## Abstract

This paper from Tsuyoshi Yuki from Saitama University, Japan, presents Gesell's critique of Marx's capital theory. Keynes considered the Political Economy of Silvio Gesell to be a powerful key as reaction to Marxism. Because of this, heterodox economics influenced both by Marx and Keynes can improve its development by knowing in detail this author, whose most controversial works are *The Natural Economic Order* (1920, 4th ed.) and *Die Ausbeutung, ihre Ursachen und ihre Bekäm-*

## TSUYOSHI YUKI

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Saitama, no Japão. Contato: tyuki@mail.saitama-u.ac.jp.

Este artigo foi apresentado oralmente na V Conferência Anual em Economia Política da IIPPE (*International Initiative for Promoting Political Economy*) em Nápoles, Itália, em setembro de 2014. Este trabalho teve o apoio de JSPS KAKENHI 26380256. Traduzido por Tiago Camarinha Lopes (UFG).

*pfung* [*Exploitation, its Causes and its Struggle*] (1922).

**Keywords:** local currency; anarchism; surplus value; exploitation; basic interest; money-capital theory.

## I. Contexto do estudo

O nome Silvio Gesell (1862-1930) quase não era ouvido durante os anos 1980, mas reemergiu no século 21 na esfera acadêmica. Isto porque Gesell é agora considerado um dos fundadores da “moeda local”, um movimento de reforma monetária para reconstruir ciclos econômicos regionais e para dar proteção contra distúrbios de transações financeiras exógenas. As contribuições de Gesell reapareceram desde a crise financeira asiática de 1997, que ocorreu depois do colapso da União Soviética, em um período de globalização, levando ao descontentamento associado com aumentos de renda obtidos aparentemente de forma antiética, como juros e aluguéis. Isto criou uma orientação em direção ao autoauxílio e ao pequeno governo. Dentre as origens da moderna moeda local estão os *Arbeitsbestätigungen* (certificados de trabalho) em Wörgl e o vale Wära em Schwanenkirchen, na Alemanha dos anos 1930. Estas experiências de certificados são tidas como influência direta de Gesell.<sup>1</sup> (Blanc, 1998, p. 475) As características dessas moedas

locais, as chamadas Schwandgeld (dinheiro declinante), incluem a adoção do decréscimo de valor ao longo do tempo, e elas tiveram algum sucesso durante o período de hiperinflação a partir de 1929. Portanto, o trabalho de Gesell tem sido revisitado em pesquisas recentes.<sup>2</sup>

Segundo Aida (2014, pp. 31-32), os trabalhos de Gesell, escritos em um alemão difícil, eram desprezados tanto pelos economistas marxistas quanto pelos economistas modernos depois da Guerra Fria, além de serem desconsiderados por acadêmicos porque Gesell era um autodidata.<sup>3</sup> Outra razão para o foco recente em Gesell, segundo Preparata (2006), é que é “tempo dos economistas políticos radicais recuperarem sua tradição anarquista perdida” em um contexto global, depois dos ataques de 11 de Setembro nos Estados Unidos, e que deu suporte para a aceitação da doutrina de Gesell por economistas radicais neste país.

Ainda outra razão para o foco recente em Gesell tem origem em Onken, que editou os trabalhos de Gesell e propôs a possibilidade de um sistema econômico como “uma economia de mercado sem capitalismo” (Onken, 2000, p. 614), que não é nem plano, nem mercado nem uma “terceira via” entre eles. A proposta de Onken é consonante com um “mercado genuíno” ou um tipo de socialismo de mercado operado por su-

jeitos baseados no sindicalismo-anarquista e em firmas operadas por trabalho.<sup>4</sup> (Hodgson, 1999, Seção 2) Essa perspectiva promove um mercado que alimenta “competição e empreendimento” (Onken, 2000, p. 609), o que está em oposição em relação às escolas marxistas da Europa Ocidental que introduziram defensivamente o mercado em uma economia planificada.

Os pesquisadores acima mencionados reconhecem normalmente que os economistas do *mainstream* descartaram o anarquismo.<sup>5</sup> Porém, o quadro de pensamento de Proudhon e Gesell sugere que, para debater moeda local, é necessária uma reavaliação do anarquismo. No entanto, Aida anota que a reforma monetária de Gesell não implica um conceito de “local”, mas antes o conceito de reforma social geral, incluindo a nacionalização da terra. (Aida 2014, p. 113) Por isso é equivocado ler as obras de Gesell enquanto uma teoria de moeda local.

Apesar de Gesell ter sido um “autor esquecido” depois da Segunda Guerra Mundial, ele era frequentemente citado na literatura antes da Guerra. Ele foi objeto de referências principalmente na *Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda* (1936) de Keynes. Keynes descreveu a obra de Gesell assim:

[...] o intuito do livro, como um todo, é o estabelecimento de um socialismo antimarxista, uma reação contra o *laissez-faire* empregando bases teóricas inteiramente diferentes das de Marx,

visto que mais se apoiam no repúdio do que na aceitação das hipóteses clássicas e na liberação da concorrência em vez de em sua abolição. Eu acredito que o futuro vai aprender mais com o espírito de Gesell do que com o de Marx. O leitor que consultar o prefácio de *The natural economic order* poderá apreciar o valor moral de Gesell. É nesse prefácio, no meu entender, que se pode encontrar a resposta ao marxismo. (Keynes, [1936] 1973, p. 355)

Assim, se Gesell foi, como muitos pesquisadores disseram, “altamente considerado” (Morino, 2000, p. 106; Aida, 2014, p. 31), a ênfase deveria ser no “ser outro com relação ao de Marx”.<sup>6</sup> Segundo Preparata (2002), pode-se até considerar que Keynes roubou ideias de Gesell.<sup>7</sup> Preparata menciona que Keynes ignora a intenção real de Gesell, quer dizer, o objetivo de atingir uma reforma social Geselliana, ao traduzir o conceito de “juro básico” por “prêmio pela liquidez” e o conceito de “interesse sobre capital” para “eficiência marginal do capital”. (Preparata, 2002) Ivanova (2011, p. 217) aponta que existem “similaridades gritantes entre Proudhon e Keynes, como reconhecido por Dillard, Wright e Mattick, apesar de Dillard dizer que “não há razão para duvidar da declaração de Keynes de que ele não viu a importância da teoria de Gesell até que ele tivesse desenvolvido independentemente suas próprias conclusões”. Por isso Dillard (1942, p. 64) nega uma influência sobre Keynes, tanto direta de Gesell quanto indireta de Proudhon.

Nos anos recentes, ainda que Gesell tenha sido frequentemente citado no contexto de moedas locais, seus dois trabalhos representativos (Gesell, 1958; 2007b) nunca propuseram moedas locais. Os interesses abrangentes de Gesell incluem a reforma monetária e a reforma agrária, e suas propostas políticas são fundadas na “economia anarquista”. Em particular, sua teoria do capital rejeita a economia clássica, a marxista e até a economia moderna da revolução marginalista.<sup>8</sup> Tanto a escola anarquista quanto marxista proclamam objetivos parecidos de abolição da exploração e de realização da liberdade, mas, apesar de usarem termos similares, elas são muito diferentes no conteúdo. A crítica de Gesell a Marx reflete sua posição geral neste debate.

O artigo identifica três elementos da crítica de Gesell sobre a economia marxista: 1) uma visão de sociedade centrada no mercado; 2) um modelo de pequenos produtores independentes; e 3) uma doutrina do dinheiro-capital.

## **2. Socialismo centrado no mercado**

Qualificado como anarquista, Gesell descreve que “a Ordem Econômica Natural sustenta-se a si própria e não requer nenhum artifício legal; ela torna os oficiais, o Estado e todas as outras formas de tutela supérfluas, e ela respeita as leis da seleção natural em relação às quais devemos nossa existência; ela dá a toda pessoa a possibilidade de desenvolver plenamente seu

ego. Seu ideal é o ideal da personalidade responsável por si mesmo e livre do controle de outros – o ideal de Schiller, Stirner, Nietzsche e Landauer”. (Gesell, 1958, p. 23) Sua visão anarquista sobre a humanidade é evidente nesta passagem. Primeiro, a referência à ordem econômica natural respeitando “as leis da seleção natural” indica sua aplicação da teoria da evolução de Darwin (teoria de desenvolvimentos graduais) nas ciências sociais. Ela pode ser entendida como colocando uma norma para o modo como a sociedade é uma associação egoísta de Stirner, visto que “ela [a sociedade] dá a toda pessoa a possibilidade de desenvolver plenamente o seu ego em uma ordem econômica natural”.<sup>9</sup>

Adicionalmente, Gesell afirma que “a teoria do dinheiro livre respondeu as questões que Proudhon deixou abertas” (Gesell, 2007b, p. 373). Gesell reconhece a si próprio como sucessor crítico da teoria do crédito livre de Proudhon e, do ponto de vista das orientações por reforma na terra e no crédito, Gesell é um socialista anarquista que emula a natureza e define um critério de liberdade para os parâmetros de valor. No entanto, isso não sugere que ele defendia um “anarquismo social” orientado para o fim do mercado, como é o caso do “comunismo anarquista” de Bakunin-Kropotkin. (Preparata, 2006, p. 263) Ao invés disso, o socialismo anarquista de Gesell é próximo de um “anarquismo individualista” de Proudhon, que enxerga o

mercado como a própria sociedade. A expressão “anarquismo individualista” parece ser similar a “anarquismo social”, e em ambos os grupos perseguem-se relações sociais igualitárias da mesma maneira.<sup>10</sup> Quer dizer, existe um padrão único para unir indivíduos enquanto “mercado-sociedade” e para assegurar uma conexão entre os indivíduos em liberdade e equidade, e não para construir um sistema econômico comunista que supõe uma “comunidade como sociedade”, como ocorre em Bakunin-Kropotkin. A rivalidade assenta-se em: anarquistas individualistas acreditando na estabilidade dos projetos de mercado pós-capitalistas; anarquistas sociais sentindo-se apreensivos com a estabilidade dos projetos de mercado buscando o fim do mercado e acadêmicos marxistas aproximando-se deste segundo grupo. Este artigo iguala “socialismo centrado no mercado” (SCM) ao socialismo proudhoniano-geselliano.<sup>11</sup>

Igualmente problemática é a citação de uma passagem longa de *A ditadura do proletariado de Kautsky* (1919) feita por Gesell no começo de seu *A Exploração, suas causas e seu combate* [*Die Ausbeutung, ihre Ursachen und ihre Bekämpfung*] (1922):

Para ser preciso, no entanto, Socialismo como tal não é o nosso objetivo, que é a abolição de todo tipo de exploração e opressão, seja ela direcionada contra uma classe, um partido, um gênero ou uma raça [...]. Se nessa luta colocamos o modo de produção socialista como objetivo é porque nas

condições técnicas e econômicas que predominam hoje, a produção socialista aparece como o único meio de atingir nosso objetivo. Se nos for provado que estamos errados fazendo assim, e de que de alguma maneira a emancipação do proletariado e da humanidade possa ser atingida apenas com base na propriedade privada, ou de que essa emancipação possa ser realizada da maneira [indicada por Proudhon], então jogaríamos fora o Socialismo sem abandonar nosso objetivo e até mesmo no interesse deste objetivo. (Kautsky *apud* Gesell, 2007b, p. 352)

Apesar da meta de Gesell ser consistente com a doutrina de Kautsky sobre o proletariado em relação à “abolição de todo tipo de exploração e opressão”, suas posições têm pontos antagônicos referentes à visão e aos métodos da ciência econômica. O principal neste argumento é a defesa da economia privada em um sistema econômico não-explorador. A escola marxista, da qual Kautsky é uma instância, nega a propriedade privada dos meios de produção em um sistema econômico sem exploração. “Essas descrições levam inevitavelmente à demanda pela ordem econômica comunista. Tanto o capitalismo quanto o comunismo criam demanda para puxar a teoria do capital marxista”, e isto está em contradição com a natureza egoísta do ser humano como explicada por Darwin e Stirner. (*ibidem*, p. 354) Isto é, “a ordem econômica aqui discutida é uma ordem natural somente no sentido de que é adaptada à natureza do ser humano” (Gesell, 1958, p. 9), e

por Ordem Econômica Natural nós queremos dizer, portanto, uma ordem em que as pessoas competem em termos iguais com os equipamentos dados pela natureza, uma ordem em que, conseqüentemente, a liderança recai sobre o mais apto, uma ordem em que todos os privilégios são extintos, onde o indivíduo, obedecendo o impulso do egoísmo, vai diretamente ao seu objetivo, sem ser atrapalhado por escrúpulos alheios aos assuntos da vida econômica” (*ibidem*, pp. 11-12).

Gesell aponta para a necessidade do “egoísmo justificado” e de “igual equipamento para a luta econômica” como condições para a construção da ordem econômica como segue. “A prosperidade da humanidade, assim como de todos os seres vivos, seria atingida pelas mesmas leis de seleção natural”.<sup>12</sup> (*ibidem*, pp. 9-10, 12) Portanto, é difícil aceitar a visão marxiana de “natureza humana”, como se ela fosse emergir repentinamente de um sistema econômico comunista e se transformasse em algo racional. Ainda assim, Gesell não negaria que a construção do sistema comunista é capaz de abolir a exploração. No entanto, ele questionou se a “opressão” e a “coerção” continuariam depois da abolição da exploração sob um sistema comunista. Como a negação da propriedade privada dos meios de produção irá resultar na nacionalização dos meios de produção,

a teoria [marxiana] original demanda a abolição da propriedade privada e também da economia privada, ou da autorresponsabilidade em aplicação lógica. A distribuição dos produtos é realiza-

da pelo Estado, que dirige a produção. Os princípios segundo os quais a distribuição deve ocorrer são regulados por lei”.<sup>13</sup> (*ibidem*, pp. 358-359)

De acordo com Gesell, “ambos os sistemas [o de Marx e o seu] reivindicam, o que lhes dá força, que o principal objetivo do socialismo é realizar completamente a eliminação da exploração”. Só que a revolução atingida desta maneira na Rússia não só removeu os exploradores de cena, mas causou o seguinte: “os Russos parecem ter pago caro para atingir [o objetivo]”. (*ibidem*, p. 359) A revolução, com o objetivo de abolir a exploração, simplesmente substituiu o estado anterior de exploradores por um novo poder. A intervenção e regulação externas deste novo estado permanecem como fontes de opressão e exploração. (*ibidem*, p. 359) Ao mesmo tempo, isto criaria uma sociedade de egoístas, sob a anocracia, composta de pessoas com igual poder.

Gesell nega, portanto, que as visões marxianas relativas ao mercado e à propriedade levariam a um comunismo do tipo da União Soviética. Por conseguinte, a economia anarquista teria de ser fundada sobre os pilares de defesa da propriedade privada dos meios de produção (capital real) e da economia de mercado.

### **3. Modelo de pequenos produtores independentes**

Negar a exploração e aceitar a propriedade privada dos meios de produção pode ser visto como

uma contradição do ponto de vista da escola marxista, que aponta para a exploração nos processos de produção. No entanto, de acordo com Gesell, isto é um julgamento baseado em uma compreensão incorreta de exploração.

Certamente, socialistas são definidos como “*todo aquele envolvido na luta contra a exploração*”, mas, de fato, “ainda não há uma figura clara sobre a natureza do poder de exploração” entre os socialistas. Mesmo se fosse possível definir exploração com base na “*superioridade econômica*”, não há uma visão consistente sobre o que é superioridade econômica. (Gesell, 2007b, p. 356) Esse é um ponto de antagonismo entre a teoria marxista, que tem como causa da exploração “*a propriedade privada dos meios de produção*”, e a teoria de Gesell, que foca nos “*resultados de nossas instituições defeituosas de dinheiro e terra*”. (*ibidem*, p. 358) Se insistirmos que a propriedade privada é a causa da exploração, esta teoria leva necessariamente à nacionalização dos meios de produção para abolir o mercado. Então, é necessário recriar a ordem econômica natural para que se remova a causa da exploração, ao impedir o planejamento e a intervenção estatal, isto é, “*a terra e o dinheiro deveriam ser socializados*”; isto é emulado do método de Proudhon de liquidar gradualmente o Estado.<sup>14</sup> (*ibidem*, p. 359)

Para apoiar, na atualidade, a perspectiva de Gesell mencionada acima, é preciso provar que “*a evidência positiva para uma economia não explo-*

*radora é totalmente compatível com a propriedade privada e com a economia privada*”. (*ibidem*, p. 362) A tese de Gesell de que a causa da exploração está em “*nossas instituições defeituosas de dinheiro e terra*” contém, ao mesmo tempo, uma antítese, qual seja, a de que a causa da exploração não é a “*propriedade privada dos meios de produção*”. Portanto, Gesell precisa primeiro provar o equívoco da teoria marxista da exploração. Ao fazer isso, devemos necessariamente revisar o significado de exploração no trabalho de Gesell.<sup>15</sup>

Segundo Gesell, algumas teses de Marx são aceitas de modo acrítico. Estas concepções inadequadas de Marx são, primeiro, sua tese da força de trabalho enquanto mercadoria e, segundo, sua tese de troca de equivalentes, que indica que o dinheiro ordinário nada mais é do que um meio de troca porque o “*dinheiro é um equivalente perfeito na troca de mercadorias obtidas*”. (*ibidem*, p. 360) Ao ler a intenção de Marx de criticar Proudhon com base nessas ideias, Gesell, por sua vez, critica Marx. Em oposição a Proudhon, que apontou para a exploração nos processos de circulação causada pelo poder do dinheiro, Marx criticou a possibilidade de abolir a exploração pela realização da troca de equivalentes nos processos de circulação ao provar a possibilidade de exploração sob condições de igualdade de troca. Gesell critica esta visão de Marx ao afirmar que não é possível admitir condições de igualdade nos processos de troca na

circulação. Portanto, Gesell propõe que a causa da exploração é a possibilidade de que o poder do dinheiro leve para uma troca desigual no processo de circulação. Esta posição de Gesell na matéria pode reiniciar o debate controverso entre Marx e Proudhon.<sup>16</sup>

Antes de examinar a tese de Marx sobre a força de trabalho enquanto mercadoria vejamos o resumo de Gesell sobre as teorias da exploração e do capital de Marx.

O empreendedor compra a mercadoria força de trabalho por seu valor integral, e, portanto, sem exploração. No entanto, ele não compra força de trabalho por causa de seu valor de troca, quer dizer, ele não a compra enquanto mercador. Ele a compra enquanto consumidor, para consumir a força de trabalho. Só que a mercadoria força de trabalho tem a peculiaridade de seu valor de uso ser maior que seu valor de troca; em outras palavras, o consumo de um produto da mercadoria força de trabalho é maior que o custo de produção da força de trabalho, e portanto, maior que o salário. Esta diferença é a mais-valia. Isto nos dá a teoria do capital. (*ibidem*, p. 365)

Gesell não chama os proprietários dos meios de produção de capitalistas, mas de empreendedores. Além disso, empreendedores não compram a mercadoria força de trabalho enquanto mercadores, mas enquanto consumidores para usar seus produtos. Chamamos esta construção acima de Gesell de modelo de pequenos produtores independentes. Os sujeitos que aparecem

no cenário teórico de Gesell são empreendedores enquanto proprietários de meios de produção (capitalistas funcionais), trabalhadores enquanto proprietários dos produtos de trabalho (pequenos produtores independentes) e capitalistas enquanto proprietários de dinheiro acumulado (capitalistas monetários).

Estes três sujeitos são definidos, no começo, pela relação entre empreendedores e trabalhadores, na qual as mercadorias compradas pelos empreendedores não são força de trabalho dos trabalhadores. Como aqui a força de trabalho não é uma mercadoria, esta posição encontra duas dificuldades na teoria marxiana. Primeiro, a força de trabalho enquanto habilidade de trabalhar não pode ser comprada, porque apenas os produtos do trabalho podem ser comprados. Para comprar “a intenção de trabalhar” (*ibidem*, p. 363), o trabalho precisa ser comprado como um produto devido à combinação dessa intenção e habilidade. Segundo, é difícil definir o valor da força de trabalho usando o salário real (custo de reprodução), porque a força de trabalho não é um produto do trabalho; assim, também não é possível entender a diferença entre os conceitos de valor e valor de uso da força de trabalho.<sup>17</sup> Por outro lado, os empreendedores não pagam salários aos trabalhadores adiantadamente. Isto porque os empreendedores “emprestam” os meios de produção aos trabalhadores. Os trabalhadores vendem ou “providenciam” seus produtos de trabalho para “remuneração” (juros dos meios

de produção ou juros do capital real) dos empreendedores. Este é o conteúdo do contrato de emprego. Salários são pagos pelos empreendedores aos trabalhadores como um preço de venda.<sup>18</sup> (Gesell, 2007b, pp. 363-364) Assim, trabalhadores são produtores contratados e empreendedores são mercadores que vendem mercadorias produzidas numa relação de confiança.

Uma relação de empreendedores e capitalistas aparece como uma relação entre capitalistas funcionais e capitalistas monetários. Quer dizer, capitalistas monetários emprestam fundos para os negócios e os capitalistas funcionais tomam emprestados fundos para comprar meios de produção. Além disso, as ações de tomada de decisão e investimento por empreendedores são expostas à competição para tomar fundos, o que é um fator determinante para as taxas de juros e, por outro lado, um tipo de competição em duas frentes para comprar e emprestar os meios de produção, que é um fator determinante para a taxa de juros do capital real. Resultados competitivos seriam, então, decididos por uma correspondência padrão entre a taxa de juros do dinheiro e a taxa de juros do capital real. Em um mercado monetário, a demanda por emprestar fundos aumenta desde que a taxa de juros do dinheiro esteja abaixo da taxa de juros do capital real e vice-versa. Em relação à conexão entre compra e empréstimo de meios de produção, a oferta de mercadorias subiria em um setor industrial no qual a demanda excede a oferta,

porque a taxa de juros do capital real para esse setor excede a taxa de juros geral do capital real.

Empreendedores, como definidos por Gesell, não só possuem os meios de produção como também emprestam os meios de produção. Assim, este tipo de empreendedor não tem habilidade de controlar o processo de produção, mas ele pode pôr um fim à produção. O conteúdo da relação de emprego foi descrita: é um contrato de produção em que trabalhadores não são diferentes em relação a camponeses arrendatários que não possuem as condições de vender os produtos de seu trabalho. Os trabalhadores têm que vender seus produtos por não terem o talento mercantil, mas se “o trabalhador tivesse, em geral, crédito econômico, ele mesmo poderia criar um negócio empreendedor, desde que obtivesse o conhecimento necessário para tal – *similar ao que camponeses arrendatários fazem*”. (*ibidem*, p. 364) Em resumo, trabalhadores são pequenos produtores independentes, mas não são completamente independentes em relação ao empréstimo dos meios de produção dos empreendedores. Se for viável para eles virarem empreendedores por ter “crédito” ou “conhecimento”, eles podem dar o salto para se tornarem pequenos produtores completamente independentes. O significado teórico da relação de emprego descrita por Gesell não se restringe à “compra e venda da *força* de trabalho”, mas à “compra e venda do *produto* do trabalho”. Portanto, o “modelo de pequenos produtores independentes” é totalmente analítico.

No modelo de três sujeitos descrito acima, os capitalistas monetários podem reivindicar juros monetário dos empreendedores devido à escassez e ao monopólio de dinheiro. Em troca, empreendedores podem reivindicar juros do capital real dos trabalhadores devido à escassez e ao monopólio dos meios de produção. Ambos – capitalistas monetários e empreendedores – possuem o poder de reclamar juros com base na escassez de recursos. No entanto, não se trata primariamente de escassez de meios de produção, mas de escassez de dinheiro. A escassez de dinheiro torna os trabalhadores incapazes de comprar os meios de produção e, como resultado, eles são levados a aceitar a situação de pagar duplamente juros por dinheiro e por capital real.<sup>19</sup>

Os juros ganhos como mais-valia no processo de circulação são obtidos por “superioridade econômica” causada por escassez primária e monopólio sobre o dinheiro. Se este for o caso, tanto a escassez quanto a possibilidade de monopólio sobre o dinheiro perderiam a propriedade de dinheiro abundante. Ademais, os juros monetários podem cair a zero em último caso. Porque os meios de produção em escassez podem ser comprados por dinheiro que não confere juros, e também é possível que os juros do capital real caiam a zero. A “superioridade econômica” do dinheiro, em outras palavras, o poder do dinheiro, sumiria assim como os juros de dinheiro. Esta é ideia de Gesell sobre “dinheiro livre” (*free money*) que desmonta o poder do dinheiro. Por

outro lado, Gesell aponta que Proudhon “é um sujeito perigoso, já que não nega a verdade de que se os trabalhadores fossem permitidos a permanecer no trabalho sem bloqueios, distúrbios ou interrupção, o capital seria logo afogado por uma sobreoferta de capital (que não pode ser confundida com superprodução de bens)”. (Gesell, 1958, p. 28) Ele descreve esta perspectiva como “um mar de capital inundado com a renda marginal antiga. *A taxa de juros vai afundar no mar de novo capital*”.<sup>20</sup> (Gesell, 2007b, p. 377)

#### **4. Fundamento teórico e conceitual do modelo de pequenos produtores independentes**

Definimos a economia de Gesell como o “modelo de pequenos produtores independentes”. Como isso poderia traduzir-se, entretanto, num modelo analítico? Na realidade, seria impossível não acusar a existência de trabalhadores no sentido de força de trabalho sem propriedade. Isso deveria ser incorporado como condições teórica e conceitual de um modelo econômico teórico de modo a posicionar os pequenos produtores independentes como sujeito.

Para compreender a primeira condição, deveríamos estabelecer o “sujeito econômico” como o “sujeito da emancipação humana”, e numa hierarquia social e de classes. Enquanto na escola marxiana é adotada uma posição em que o pequeno produtor independente sucumbiria

diante da competição no mercado capitalista, entre os anarquistas impera uma noção fria em relação à classe trabalhadora não-autônoma. Graeber (2004, pp. 5-6) afirma que “os anarquistas nunca estiveram muito interessados nos tipos de questões estratégicas ou filosóficas que historicamente preocuparam os marxistas”. Isto porque é improdutivo construir “altas teorias” para endereçar questões como “os camponeses são uma classe potencialmente revolucionária?” e “qual é a natureza da forma mercadoria?” (*ibidem*, pp. 6-7) Graeber comenta que Bakunin argumentou que a revolução não deveria vir das pessoas mais alienadas no capitalismo avançado, mas de pequenos fazendeiros e artesãos na Rússia e na Espanha, que mantinham uma autonomia tradicional. E Bakunin tinha razão quando comparado com a explicação marxista tradicional de que a revolução seria realizada por trabalhadores industriais no Reino Unido e na Alemanha, as potências industriais mais avançadas naqueles dias. Graeber então identifica os pequenos fazendeiros e artesãos como sendo “simultaneamente os menos alienados e os mais oprimidos”.<sup>21</sup> (Graeber, 2006, pp. 11-2) Propriedades indispensáveis à economia anarquista incluem “um espírito de autoajuda” e “um sentimento de autoestima” por sujeitos econômicos que têm a habilidade de tomar decisões sobre seus negócios.<sup>22</sup> No entanto, eles não têm condições suficientes para se tornarem

sujeitos históricos de autoemancipação, porque os trabalhadores empregados não têm nem as habilidades para ganhar seu próprio sustento nem para tomar decisões de organização por terem perdido a indispensável qualidade da autoestima. A primeira condição mostra não só que a economia anarquista é uma teoria analítica, mas também que condições reducionistas de suas visões precisam ser incluídas se a ciência econômica quiser ter objetivos nítidos, como a “abolição da exploração” e a “realização da liberdade”.

A segunda condição é o pressuposto de uma fundação social de terras não possuídas e de terra livre. (Gesell, 1958, p. 52) A existência de terra não cultivada e não possuída abre a possibilidade teórica de auto-organização camponesa para aqueles trabalhadores que não estão satisfeitos com seus salários e que podem cultivar estas terras. Gesell divide a terra livre em três classes. “Terra livre de primeira classe” é representada pela “vastidão de terra não cultivada no norte e no sul da América”. Esta terra livre pode ser transformada de livre e não cultivada em terra de posse própria. “Terra livre de segunda classe” são os campos amplos de “América, África, Austrália e Ásia”, que não são posse de ninguém, “no entanto, são áreas grandes não cultivadas, mas que, pelo abuso do poder de Estado, se tornaram propriedade privada de indivíduos vivendo longe delas”. (*ibidem*, p. 52)

“A terra livre mais importante, entretanto, e que é a de maior significância para a teoria da renda da terra e dos salários, é a terra livre de terceira classe”. (*ibidem*, p. 53) Esta é a terra livre que pode ser criada continuamente pelo melhoramento do modo como a terra é usada, por exemplo, na Alemanha. Em geral, a terra livre de terceira classe criaria terra superior a partir de terra inferior pelo melhoramento das técnicas de agricultura para incrementar o produto de uma mesma área de terra. Esse exemplo mostra a criação de terra livre pelo melhoramento do modo de usar terra urbana. Isso poderia ser considerado como “o espaço acima das construções já existentes, até as nuvens, como terra a ser construída livremente”. (*ibidem*, p. 55) Se as construções fossem erguidas no espaço sideral dessa maneira, o resultado seria que o resto das terras “formaria um excedente” com o efeito de diminuir a renda da terra. (*ibidem*, p. 53) Gesell apresenta um segundo exemplo, um caso no qual a expansão de terras inferiores impossibilita a renda diferencial. Além disso, técnicas de melhoramento fazem possível o cultivo de terra virgem, o que criaria terra de forma lucrativa baseando-se na existência de renda diferencial. Assim, “terra livre da terceira classe” é criada por melhoramentos no uso do solo, de tal forma que a terra não garante renda diferencial. (*ibidem*, p. 54) Portanto, é teoricamente possível que toda terra na Alemanha se transforme em “terra livre da terceira classe”. Ademais, “o camponês-traba-

lhador pode, a qualquer momento, refugiar-se nesta terra livre, se estiver descontente com seus salários. Os salários de camponeses-trabalhadores não podem cair permanentemente aquém dos produtos do trabalho nesta terra livre de terceira classe, assim como eles não podem cair aquém dos produtos do trabalho na terra livre de primeira classe”.<sup>23</sup> (*ibidem*, p. 55) O salário mínimo seria regulamentado pelos produtos de trabalho obtidos na terra livre e pelo movimento trabalhador que escolhe receber salário enquanto empregado ou cultivando “terra livre”.

A terra livre existiu amplamente como descrito, sendo que o sobrelucro nas terras superiores eram explorados como renda diferencial recaindo sobre o proprietário da terra. Seria necessário transformar a renda diferencial em tesouro pela nacionalização da terra para abolir a forma de exploração que é a renda diferencial. Esta é a perspectiva de Gesell sobre a reforma agrária. Parece similar à da escola marxista no método de nacionalização da terra. Certamente, enquanto o Estado também possui terra na proposta de Gesell, ele não interfere sobre o modo como a terra é usada. O direito de usá-la seria emprestado, por um certo período, a agentes privados.<sup>24</sup> Gesell menciona duas frases sobre a nacionalização da terra:

“Frase 1. Todos os países que formam a grande liga da paz substituem completamente a propriedade especial da terra (propriedade privada).

A terra é, então, propriedade de todo o povo e a terra é arrendada para uso privado daquele que propôs o preço mais alto no sistema público de licitação.

“Frase 2. Todos podem participar das licitações públicas...”

“O dinheiro obtido é distribuído igualmente e completamente para mulheres e crianças sem distinção [em relação à sua origem]...” (Gesell, 2007a, p. 68)

A frase 1 mostra que a política é incompatível com uma sociedade de mercado competitivo livre. Na relação de troca entre estes países, “interesses agrários específicos” e “a situação horrível de autarquia” serão extintas, gerando uma sociedade de mercado mais livre. (Gesell, 2007a, p. 69) Em outras palavras, isto eliminaria aqueles que se apropriam da renda da terra e atacaria “a classe estatal em sua raiz”. (*ibidem*) Claro, a eliminação dos proprietários de terra não deveria ser forçada de tal forma que a renda fosse então capitalizada para que sejam pagas quantias como títulos aos proprietários de terra. Esses planos seriam seguidos como um processo de socialização da terra proposta por Proudhon. Por outro lado, o sistema de licitação pública declarado na frase 2 sustenta a liberdade de movimento dos trabalhadores, que é a condição para a competição igualitária. Os trabalhadores puxam o preço da terra na expectativa de maiores retornos pelo trabalho empregado, o que por

sua vez empurra o preço para baixo. O sistema de licitação funciona como descrito acima e, conseqüentemente, os produtos do trabalho são orientados para a equalização social. No entanto, neste caso, a motivação não seria perdida para achar uma diferença maior entre o produto esperado do trabalho e a quantia real da licitação. Assim, a disparidade não é equacionada pela diferença de capacidade enquanto mercados. Ao invés disso, há transferência do sobrelucro para os trabalhadores para que mantenham seu poder de dirigir a economia. Por fim, a renda da terra enquanto mais-valia será redistribuída pelo Estado para mulheres e crianças.<sup>25</sup>

Portanto, uma política de nacionalização da terra aboliria a exploração, como é o objetivo do socialismo, e maximizaria o ganho dos indivíduos como “todo o resultado do trabalho”. (*ibidem*, p. 36) Só que todo o resultado do trabalho não seria um conceito individual, mas “o direito do coletivo a todo o resultado do processo de trabalho social”. (*ibidem*, p. 38) Esta categoria coletiva de renda é o conceito de classe de Gesell. Pode-se aumentar a parte do produto que cabe à classe trabalhadora ao remover-se a renda da classe proprietária de terra.<sup>26</sup> No entanto, aumentar o resultado do produto de trabalho direcionado à classe trabalhadora, pela nacionalização da terra, não envolveria a equalização dos ganhos individuais e não asseguraria nem o salário mínimo. Aqueles que têm a competência de serem mercadores podem obter um excedente maior

que a média pelos mesmos produtos. Ocupações profissionais precisam de “alguma aptidão natural (como cantar, por exemplo)” e “trabalhadores que realizam o trabalho mais qualificado estão mais seguros em se retirar da competição das massas e são, portanto, capazes de obter o maior preço pelos produtos de seu trabalho”. (*ibidem*) Em resumo, os resultados do trabalho não serão determinados arbitrariamente, mas pelas condições de demanda e oferta dos produtos de trabalho. (*ibidem*, p. 39)

## 5. Uma doutrina do Dinheiro-Capital

Passemos para o exame da tese de Marx sobre a *troca de equivalentes*. Gesell afirma que “a teoria do dinheiro livre também estuda a natureza da fórmula de Marx de troca de capital,  $D - M - D'$  (dinheiro-mercadoria-mais dinheiro)”. (Gesell, 2007b, p. 366) “No entanto, isso não implica, como Marx faz de modo acrítico, que o dinheiro é um equivalente perfeito das mercadorias”. (*ibidem*) Marx define estreitamente o dinheiro como o equivalente de mercadorias em sua fórmula, enquanto a teoria do dinheiro livre “é formulada pelo design geral da troca, em que há evidência de que o dinheiro é mais do que um equivalente”. (*ibidem*) Ainda que Marx, em *O capital*, afirme que os lucros serão produzidos incidentalmente por nada mais do que a fraude dos mercadores, e que mercadoria e dinheiro são trocados igualmente no processo de circulação, a

teoria do dinheiro livre entende que

a fórmula de Marx  $D - M - D'$  é uma prova de que é certo para eles que dinheiro é capital independente, e que  $D'$  não é um produto da fraude eternamente repetida, mas o resultado da superioridade do proprietário de dinheiro sobre o proprietário de mercadorias, e, por isso, o produto de um poderio econômico. (*ibidem*)

A questão sobre “*por que o dinheiro enquanto capital pode estar contra as mercadorias*” foi respondida para focar na “natureza das coisas” enquanto dinheiro. (*ibidem*) Sob um sistema de produção envolvendo decisão de trabalho, “as mercadorias são seus contratantes e seu proprietário é diretamente inútil. Para tirar vantagem deles, as mercadorias precisam ser *substituídas*. Então, do ponto de vista do proprietário de mercadorias, o dinheiro seria requisitado como um *meio de troca*. O proprietário do dinheiro não teria que responder aos requisitos na ordem da diferença essencial das coisas (por exemplo, mercadoria e dinheiro), porque o ouro como dinheiro não precisa ser exposto a uma perda em nenhum momento anterior. O proprietário do dinheiro perde somente uma oportunidade de ganhar juros sobre dinheiro emprestado. Ao contrário, as mercadorias enquanto coisas sofrem diversos tipos de perda e degradação natural no tempo. Existem poucos custos de manutenção de carregar dinheiro, mas muitos custos de estocagem de mercadorias. As mercadorias degradam-se diariamente e precisam ser vendidas o

quanto antes, enquanto o dinheiro não é forçado a se degradar e não existe motivação para trocá-lo por mercadorias. Por esta razão, o dinheiro como um meio de troca resultaria no acúmulo de dinheiro por causa de sua superioridade em relação aos demais valores de uso. As mercadorias materiais não podem ser acumuladas por causa de sua inferioridade quanto à manutenção de valor. Os meios de produção pressupostos na definição Marxista de capital mantêm aquela materialidade igual a outras mercadorias neste ponto. As mercadorias que se degradam não têm capacidade de tornarem-se capital e, assim, apenas dinheiro acumulado seria capital.

Gesell refere-se à disparidade da “taxa de degradação do capital” entre mercadorias e o dinheiro a partir da “natureza das coisas” como se segue. *“É tão óbvio que aqui não há equivalência total, que o proprietário de dinheiro domina o proprietário de mercadorias por uma compensação especial. Esta requisição pode ser anulada pelo proprietário de mercadorias realizando a troca para criar uma perda direta de substância”*. (*ibidem*, p. 369) *“O dinheiro é desmascarado como capital independente. Não há equivalência perfeita. Dinheiro é mais. E este valor extra cria mais-valia”*. (*ibidem*, p. 370) Em outras palavras, a disparidade da “degradação da taxa de capital”, ao gerar uma relação assimétrica de poder entre a mercadoria e o dinheiro, criaria juros sobre o dinheiro ou mais-valia. Gesell define os juros cobrados pelo poder do dinheiro como “juros bá-

sicos”. (Gesell, 1958, p. 371) De acordo com Gesell, um equívoco de Marx seria o de que, para ele, o dinheiro, de fato, funciona como um meio de troca, não observando a questão do acúmulo de dinheiro. Portanto, Marx não teria notado que dinheiro é capital, e definiu capital real (meios de produção) erroneamente, sendo este um valor de uso inferior enquanto capital. O uso do ouro levaria o dinheiro ao poder econômico do ponto de vista material e de escassez. Então, o dinheiro teria que estar perto de uma forma ideal como meio de troca puro ao perder sua posição como dinheiro, do mesmo modo como as demais mercadorias degradam-se enquanto coisas materiais que não podem ser estocadas.

Apesar de Gesell também concordar que a função do dinheiro deveria ser limitada a ser um meio de troca, Marx teria, equivocadamente, trazido o símbolo ideal do dinheiro para o nível de análise. Consequentemente, o erro da teoria do capital de Marx resultaria na doutrina das coisas materiais sendo capital, dando a impressão de que os meios de produção seriam equivalentes a capital.

No entanto, parece impossível que, na situação normal, os juros básicos sejam coletados pela relação assimétrica entre os proprietários de mercadorias e os proprietários de dinheiro no processo de circulação. A razão para isso é explicada pela contradição do seguinte exemplo. Suponha que 100 libras de dinheiro não

são equivalentes a 100 libras de mercadoria. O dinheiro tem o poder econômico no sentido de obter os juros básicos pela compra de uma mercadoria. Se um proprietário de dinheiro *A* compra uma mercadoria equivalente a 105 libras com 100 libras de dinheiro, a qualquer momento que *A* revender sua mercadoria equivalente a 105 libras, *A* terá que pagar os juros básicos para um proprietário de dinheiro *B* que tem o poder econômico. Consequentemente, *A* não pode ficar com os juros básicos em suas mãos. Do mesmo modo, não faria sentido comprar uma mercadoria valendo 105 libras com dinheiro valendo 100 libras. O que isso significa para a superioridade ou inferioridade da natureza de valor de uso que degrada a equivalência entre a mercadoria e o dinheiro? Seria razoável suspeitar que o preço sempre mostra uma equivalência na conclusão da compra e venda.

Além disso, considere o seguinte. Supondo que os juros básicos são coletados para a diferença das taxas de degradação da mercadoria e do dinheiro, quando um proprietário de dinheiro valendo 100 libras e um proprietário de mercadoria valendo 100 libras são expostos à perda física de 5 libras por dia no momento da troca, mesmo que a diferença de 5 libras das taxas de degradação possam ser coletadas. Que processos seriam necessários para assegurar a coleta dos juros básicos?

Gesell explica o processo de coleta dos juros básicos por um proprietário de dinheiro na fórmula geral do capital,  $D - M - D'$ .

O dinheiro demanda juros cada vez que é usado, como um táxi demanda uma taxa. Os juros são contados entre as despesas gerais de comércio e coletados com estes – é imaterial se for uma dedução de um preço pago ao produtor ou como uma adição ao preço demandado pelo consumidor. Como uma regra, o mercador pode estimar, por experiência, o preço que ele pode obter do consumidor. Desse preço, ele deduz os custos de comércio, salário para seu próprio trabalho (lucro líquido do comércio), e juros. Os juros são calculados pela média temporal, conhecida pelo comerciante por experiência e que se passa entre a compra e a venda de suas mercadorias. (Gesell, 1958, p. 384)

Essa passagem parece se referir ao empreendedor agindo como o comerciante que coleta juros básicos diretamente. Pela explicação de Gesell, não se decide se a dedução do custo adicionado como juros básicos ao custo primário das vendas seria lucro líquido de comércio.<sup>27</sup> Juros básicos deduzidos do preço de venda seriam pagos pelo empreendedor para o capitalista monetário. O produtor não tem nada mais do que os meios ou habilidade para vender seus produtos em qualquer momento, e precisa transferir suas mercadorias ao comerciante. Além disso, a superioridade econômica do dinheiro cria uma disparidade na possibilidade de esperar para

trocar mercadorias e dinheiro. E a disparidade depreciaria o preço do produtor. Retomando o exemplo anterior, o comerciante com 100 libras de dinheiro seria pressionado a descontar o preço da mercadoria que poderia ser vendida a 105 libras. Quer dizer, “o tributo está contido na diferença entre elas”, referindo-se ao preço do consumidor e ao preço do produtor. Deve ser notado que isto está sob condição de que “o tributo pode ser atenuado somente pela venda de mercadorias e requer o cumprimento de uma condição essencial: durante o intervalo entre a compra e venda de um produto, seu preço não pode cair”. (*ibidem*, p. 230)

Isso explicaria por que a visão de Gesell sobre o mercado poderia ser chamada de teoria das condições de mercado. (*ibidem*, p. 168) Como descrito, preços estáveis precisam mudar dentro de certas condições para a obtenção dos juros básicos. No entanto, tal situação estável não ocorre normalmente sob as ações de pressão dos proprietários de dinheiro. Na economia com divisão do trabalho, o proprietário de uma mercadoria precisa trocar sua mercadoria por dinheiro para comprar uma mercadoria de que necessita. Ademais, apesar de as mercadorias terem uma propensão natural de se desgastarem com o tempo, o dinheiro tem imortalidade em relação ao envelhecimento material. Proprietários de coisas materiais levam em consideração sua característica natural assimétrica na relação de troca, enquanto o proprietário de mercadoria tenta

evitar a perda de valor por degradação ao vendê-las rapidamente. Ao contrário, o proprietário de dinheiro espera por uma situação favorável do mercado com base na superioridade natural do dinheiro. No caso em que um proprietário de uma mercadoria quiser comprar outra mercadoria mais rapidamente, uma taxa de juros básicos maior seria demandada. Portanto, “quanto mais a venda é adiada, menos favorável são as condições de mercado”. (*ibidem*, p. 225) No entanto, na economia com divisão de trabalho, esta é uma situação normal para todos os participantes. De acordo com Gesell,

aqueles de nós que não são capazes de entender esta característica fantasmagórica das mercadorias chamada valor, e que, portanto, pensam a troca de mercadorias como uma ação e as mercadorias e a situação do mercado como acessórios desta ação, vão descobrir que não há outro motivo para esta ação além do desejo comum a todos os proprietários de mercadorias de darem o mínimo possível para receberem o máximo possível. (*ibidem*, p. 163)

A situação do mercado é caracterizada por incidentes imprevisíveis. Quando os preços estão caindo e quando se torna difícil coletar juros básicos, o comerciante segura sua posição de compra de mercadorias. Nesse caso, “uma opinião geral de que os preços vão cair” espalha-se entre os comerciantes e proprietários de dinheiro reduzem sua demanda ainda mais. (*ibidem*, p. 232) “Só que os preços caem somente porque a

oferta de dinheiro é insuficiente”. (*ibidem*, p. 231) Ao invés de diminuição de preços para diminuir a demanda, a diminuição da demanda seria causada pela queda dos preços. “*Esta é, portanto, a lei da demanda, que desaparece quando se torna insuficiente*”. (*ibidem*, p. 235 [grifos nossos]) “As forças de equilíbrio, sobre as quais tanto é escrito, nunca agem de fato. O mal é intensificado, não atenuado; não há qualquer sinal de uma tendência compensatória”. (*ibidem*, p. 234). Dinheiro, tendo o poder de reclamar juros básicos, seria levado a uma escassez geradora de uma crise de subconsumo. (*ibidem*, p. 231) Em contraste, o proprietário de dinheiro “tenta efetuar a venda reduzindo os preços, eles todos tentam atrair dinheiro reduzindo suas demandas”. (*ibidem*, p. 331) Isso se aplica a produtores que entram no mercado para excluir o tributo em condições mercantis desfavoráveis. (Gesell, 2007b, p. 376) Isso ocorre enquanto diferença de preço para consumidores e produtores. Ao esclarecer estes processos de transação, a lei da demanda poderia ser explicada pela exploração da mais-valia sem relação com a existência prévia de sua criação no processo de produção.

Ao mesmo tempo deveríamos questionar o que significa produzir uma parte da produção que é equivalente à coleta do que forma os juros básicos. Em outras palavras, essa teoria exclui a possibilidade lógica de criar excedentes no processo de produção? Retomando o exemplo anterior, produtos equivalentes a 5 libras são transferidos

para o proprietário de dinheiro. Estes produtos foram certamente explorados, mas o aspecto discutível é sobre quem são seus donos. Claro, pelo argumento de Gesell, o dinheiro força os produtores a descontarem, e os produtores sempre serão os últimos afetados pelos juros. Este é o caso se considerarmos que a teoria do capital de Gesell poderia provar a possibilidade de que a exploração dos processos de circulação não se relaciona com o processo de criação de excedente e mais-valia no processo de produção.

Por outro lado, para que Gesell se concentre no conceito de capital como dinheiro-capital, não é possível enxergar as coisas completamente como coisas materiais. Em outras palavras, mercadorias também seriam capital. Mesmo que se suponha que os meios de produção não são capital, pode-se perguntar qual capital-mercadoria em estoque e em processamento pode ser excluído do conceito de capital. Isso se relaciona com a noção de reforma monetária de Gesell. A teoria do dinheiro livre de Gesell é uma política que envolve a taxaço sobre o dinheiro para replicar a degradação natural que incide sobre as demais coisas materiais. A teoria não leva em conta que o valor das mercadorias pode ser transferido. Portanto, Gesell deve ter um pressuposto forte que requer o preenchimento de uma condição essencial: “durante o intervalo de compra e venda de um produto, seu preço não pode cair”, mas não é necessário segurar capital na forma de dinheiro no período de preços em elevação

para manter e aumentar o valor do capital na forma de mercadorias. Ademais, Gesell estreita seu conceito de capital para compensar sua concentração na ideia de dinheiro-capital. É muito restritivo observar a depreciação de valor apenas como degradação física. Isto porque as mercadorias não monetárias poderiam manter seu valor sem perda física. Portanto, sendo consistente com a teoria do dinheiro livre de Gesell, como indicado por Soddy, a taxação teria que abranger todos os ativos financeiros. (Soddy *apud* Seccareccia, 1997, p. 133)

Apesar de Gesell definir sua doutrina do dinheiro como teoria do capital, e de criticar a “doutrina marxiana das coisas materiais como teoria do capital”, a crítica a *O capital* de Marx é desleixada. De acordo com Gesell, Engels entende corretamente o capital como acúmulo de dinheiro quando explica a transformação desse acúmulo em capital na seguinte passagem de *Anti-Dühring*.<sup>28</sup>

Se Dühring quer manter o dinheiro metálico, ele não pode impedir que alguns separem de lado uma pequena quantia de dinheiro guardado, enquanto outros são incapazes de cobrirem as necessidades com o salário recebido... [Sendo que] para formar tesouro [precisam] entrar em débito... E, como o formador de tesouro está em uma posição de extorquir juros das pessoas em necessidade, a usura é reconstituída em paralelo com o dinheiro metálico funcionando como dinheiro... Os usurários são transformados em negociantes do meio de circulação, banqueiros, controladores

do meio de circulação e do dinheiro mundial, e, portanto, em controladores da produção, e assim, em controladores dos meios de produção.<sup>29</sup> (Engels *apud* Gesell, 2007b, p. 374 [grifos de Gesell])

Como Marx também argumentou que dinheiro como capital deve ser acumulado antes de discutir “a transformação do dinheiro em capital”, sua teoria não pode ser considerada um antagonismo teórico do “dinheiro como capital” e das “coisas materiais como capital”. Ela poderia ser mais bem descrita como uma situação de estipular o valor do dinheiro.

Esta passagem de Engels tem o propósito de criticar diretamente a teoria dos certificados de trabalho de Dühring. Dühring pretende realizar uma troca igual de trabalho por trabalho (Dühring *apud* Engels, 1987, p. 286) usando dinheiro metálico (certificados de trabalho) como o padrão de valor em tempo de trabalho. No entanto, Dühring não aceita o acúmulo individual de dinheiro e não está ciente da possibilidade de circulação do dinheiro metálico como dinheiro mundial fora das comunidades. Se o certificado de trabalho, tendo o ouro como material, inclui a oportunidade de transformar tesouro individual, ele seria “dinheiro metálico funcionando como dinheiro” e a possibilidade de transformá-lo em capital por investimento e operações no mercado mundial continuaria existindo. O padrão de valor em tempo de trabalho não é uma condição suficiente para evitar que o certificado de trabalho funcione como dinhei-

ro. Os acumuladores de dinheiro parecem ser capitalistas monetários no começo, tornando-se controladores dos meios de produção e capitalistas industriais. Por outro lado, os certificados de trabalho de Owen são avaliados com um *design* claro de instituições para evitar que os certificados transformem-se em capital. A crítica de Engels a Dühring não é uma crítica a Marx sobre se dinheiro é ou não capital, ou se coisas materiais são capital, mas sim uma crítica a Dühring enquanto um teórico dos certificados de trabalho. Com base nisso, a teoria do dinheiro livre de Gesell precisa mostrar que este dinheiro livre não se transforma em capital e que as mercadorias (as coisas materiais para Gesell) também não, quando o sistema de produção de mercadorias é ativado.

Por fim, a teoria do dinheiro de Gesell também é uma crítica à doutrina do dinheiro como mercadoria. Os teóricos do dinheiro como mercadoria argumentam que os metais preciosos são iguais a dinheiro ofertado por um valor determinado pelo valor material das mercadorias. Ao contrário, Gesell propõe que, se o valor monetário é determinado pelo valor material do qual o dinheiro é feito, então a troca de mercadorias por dinheiro não seria nada além de escambo. Se o dinheiro é um equivalente perfeito das mercadorias, parece que essa igualdade pode ser medida pelo custo de produção, que é o preço. Mas o preço é “a proporção de troca entre o dinheiro e a mercadoria” (Gesell, 1958, p. 191).

Se assumirmos que igualdade é medida pelo preço, que preço então deveria ser dado? Nesse ponto, Marx utiliza a teoria do valor trabalho ao introduzir uma terceira medida como a quantidade de trabalho para evitar a autocontradição. (Obata, 2005, p. 56) Em oposição a esta solução marxiana, Gesell nega a abstração lógica de Marx para estipular o valor da mercadoria pela quantidade de trabalho.

A teoria do dinheiro-capital de Gesell critica a lógica da transformação de coisas materiais em capital e também a troca de dinheiro por mercadorias como se elas fossem equivalentes. A lógica do dinheiro ser equivalente às mercadorias entra em conflito com o argumento de Gesell de que qualquer material do qual o dinheiro é feito é ele mesmo dinheiro, e que o dinheiro é essencialmente um meio de troca sem relação com seu material e os ativos por trás dele. A ideia de Gesell de que a troca de equivalentes de dinheiro e mercadorias nada mais seria do que um tipo de escambo não capta corretamente a propriedade da troca mediada por dinheiro. Os proprietários de mercadorias não levam em consideração a relação da troca com o objetivo do valor monetário, quer dizer, com o objetivo de usar o meio de troca. Em outras palavras, valor não é dinheiro, mas valor de uso (meio de troca) é dinheiro. Portanto, isto sustenta a base da teoria da quantidade de dinheiro (índice de preços); “a quantidade de dinheiro sozinha é importante pois dela depende a magnitude da

oferta de dinheiro e a quantidade de mercadorias que podemos comprar com ela”.<sup>30</sup> (Gesell, 1958, p. 176)

Do princípio ao fim, a teoria do capital de Gesell foi desenvolvida como crítica à doutrina marxiana. Portanto, a doutrina de Gesell deve ser contextualizada na perspectiva da teoria do capital de Marx como a mistura da teoria do dinheiro mercadoria com a teoria das coisas materiais como capital.

A teoria do capital de Gesell diz que dinheiro pode coletar juros das coisas materiais que se degradam naturalmente ao usar uma propriedade não natural como valor de uso imortal. Portanto, a teoria das coisas materiais como capital estaria incorreta, porque os meios de produção como coisas materiais podem ser posicionados contra a propriedade natural inferior, tornando a exploração possível. Os juros do capital real devem ser essencialmente explicados a partir dos juros do dinheiro. Além disso, Gesell nega a perspectiva da sociedade de classes como uma base para a teoria do dinheiro-capital. O lucro, que aparece como mais-valia para Marx, é em sua origem resultado do trabalho sem relação com a exploração. Mas do ponto de vista da mais-valia, o lucro deve ser explicado como antagonismo de categorias sociais cujas rendas separam uma classe que obtém os frutos do trabalho e outra que obtém renda imerecida (sem contrapartida em trabalho).

Apesar deste artigo não ter analisado todas as políticas de Gesell, vemos que sua reforma monetária e sua reforma agrária fazem essa renda imerecida ser apropriada nacionalmente e que isto maximiza os ganhos por trabalho por meio de sua redistribuição. Como visto na primeira parte, a visão de Gesell sustenta políticas nas quais a natureza, a liberdade e o trabalho são interpretados no âmbito de pequenos produtores independentes, cuja existência expressa os conceitos normativos da economia anarquista. A essência do socialismo centrado no mercado gravita em torno do mecanismo de “mercado não explorador” ou “mercado não capitalista”. Tudo isto tem como base sujeitos econômicos que são pequenos produtores independentes amparados por uma reforma monetária e uma reforma agrária específicas.

## Bibliografia

AIDA, S. *Silvio Gesell Kenkyū* [A Study of Gesell: Silvio Gesell and the Natural Economic Order]. Tokyo: Pal Publishing, 2014.

BARBER, W. J. (edit.) “Correspondence and other commentary on economic policy, 1930-47” In: *The Works of Irving Fisher*, 14. London: Pickering & Chatto, 1997.

BLANC, J. “Free money for social progress: Theory and practice of Gesell’s Accelerated money”, *American Journal of Economics & Sociology*, 57(4), pp. 469–83, 1998.

DARITY, Jr., W. “Keynes political philosophy: The Gesell connection”, *Eastern Economic Journal*, 21(1), pp. 27-41, 1995.

DILLARD, D. “Keynes and Proudhon”, *Journal of Economic History*, 2(1), pp. 63-76, 1942.

- ENGELS, F. "Anti-Dühring" In: *Marx & Engels collected works*, 25. London: Lawrence & Wishart, 1987 [1878].
- GESELL, S. *The Natural Economic Order*. London: Peter Owen, 1958 [1920].
- \_\_\_\_\_. "Einleitung. Freiland, die eherne Forderung des Friedens. Vortrag gehalten in Zürich am 5. Juli 1917 [Introduction: Free-land, the essential condition of peace. Lectures in Zurich 5 July 1917]". In 'Die natürliche Wirtschaftsordnung durch Freiland und Freigeld, 4 letztmalig vom Autor überarbeitete Auflage'. *Silvio Gesell: Gesammelte Werke*, 11. Gauke: Berlin, 2007a [1920].
- \_\_\_\_\_. "Die Ausbeutung, ihre Ursachen und ihre Bekämpfung: Eine Gegenüberstellung meiner Kapitaltheorie und derjenigen von Karl Marx; Vortrag gehalten in der sozialistischen Vereinigung zur gegenseitigen Weiterbildung in Dresden, 8. Mai, 1922". In: *Silvio Gesell: Gesammelte Werke*, 13. Berlin: Gauke, 2007b [1922].
- GRAEBER, D. *Fragments of an anarchist anthropology*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. "Madaminu Nihon no Dokusha he. [Preface to unseen Japanese Readers]". In: *Anarchist Jinruigaku no tameno Danshō*. [Fragments of an Anarchist Anthropology]. Tokyo: Ibunsha, 2006.
- HODGSON, G. M. Hodgson, G. M. *Economics and utopia: Why the learning economy is not the end of history*. London: Routledge, 1999.
- ILGMANN, C. & MENNER, M. (2011) "Negative nominal interest rates: History and current proposals", *International Economics and Economic Policy*, 8, pp. 383-405, 2011.
- IVANOVA, M. N. (2011) "Can 'It' happen again: The limits of money artistry", *Critique*, 39(2), pp. 211-232.
- KAUTSKY, K. *The dictatorship of the proletariat*. Manchester: The National Labour Press, 1919.
- KEYNES, J. M. "The general theory of employment, interest and money" In: *The collected writings of John Maynard Keynes*, 7. London: Macmillan, 1973 [1936].
- MCKAY, I. (ed.) *Property is theft! A Pierre-Joseph Proudhon anthology*. Edinburgh: AK Press, 2011.
- MARX, K. (1996 [1867]) "Capital, Vol. I" In: *Marx & Engels collected works*, 35. London: Lawrence & Wishart, 1996 [1867].
- MORINO, E. "Wasurerareta Shisouka Silvio Gesell: Rouka suru Okane no Riron to sono Jissen no Ayumi [The Forgotten thinker Silvio Gesell: A development of the theory and practices of aging money]" In: *Ende no Yuigon: Kongen kara Okane wo Toukoto* [Testament of Ende: An original inquiry of money]. Tokyo: NHK, 2000.
- NISHIBE, M. *Chiikitsūka to Chihoujichi* [Local currency and local governance]. Tokyo: Koujin no Tomo sha, 2003.
- OBATA, M. "Kaheizouka to Kachizousyoku: Kahei no Shihon heno Tenkasetu Hihan [Increasing money and proliferating value: A critique of the transformation of money into capital]", *Economic Review of University of Tokyo*, 71(1), pp. 48-77, 2005.
- ONKEN, W. "The political economy of Silvio Gesell: A CENTURY OF ACTIVISM", *American Journal of Economics and Sociology*, 59(4), pp. 609-622, 2000.
- PROUDHON, P. J. *General idea of the Revolution in the Nineteenth Century*. New York: Cosimo, 2007 [1851].
- PREPARATA, G. G. "On the art of innuendo: J. M. Keynes' plagiarism of Silvio Gesell's monetary economics", *Research in Political Economy*, 20, pp. 217-253, 2002.
- \_\_\_\_\_. "Perishable money in a threefold commonwealth: Rudolf steiner and the social economics of an anarchist utopia", *Review of Radical Political Economics*, 38, pp. 619-648, 2006.
- PREPARATA, G. G. & ELLIOT, J. E. "Free-economics: The vision of reformer Silvio Gesell", *International Journal of Social Economics*, 31(10), pp. 923-954, 2004.
- SCHWARCZ, F. *Das Experiment von Wörgl: Ein Weg aus der Wirtschaftskrise*. Synergia Verlag: Darmstadt, 2008 [1951].
- SECCARECCIA. (1997) "Early Twentieth-Century heterodox monetary thought." In: COHEN, A. J., HAGEMANN, H. & SMITH, J. (eds.) *Money, financial institutions and macroeconomics*. London: Kluwer Academic Publishers, 125-139, 1997.
- STIRNER, M. *The ego and its own*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 [1845].
- ZHIYUAN, C. "'Xiaokang Socialism': A petty-bourgeois manifesto", *The Chinese Economy*, 36(3), pp. 50-70, 2003.

## Notas

1 O termo *Wära* é formado da junção de *Ware* (mercadoria) e *Währung* (moeda, currency). (Blanc, 1998, p. 481)

2 Entre os economistas, o trabalho de Gesell foi talvez mais valorizado por Irving Fisher. Ele enviou um comitê de estudos para *Wörgl* e, além disso, recomendou políticas de Gesell para os Estados Unidos. (Barber, 1997, pp. 37-41)

3 A primeira e a terceira explicações de Aida (2014) não são métricas para a separação pré e pós-guerra. Para entender o problema essencial sobre porque Gesell foi ignorado, é preciso estudar a participação dos seguidores de Gesell no fascismo.

4 Ademais, Zhiyuan aponta que a proposta dos títulos carimbados de Gesell “é um caso revelador da visão econômica pequeno-burguesa de socialismo: ao invés de abolir a economia de mercado, nós podemos criar uma economia de mercado com mais liberdade e igualdade de oportunidades ao reformar e trazer inovações para as instituições monetárias”. (Zhiyuan, 2003, p. 61)

5 Nishibe menciona que a moeda local é um objeto da ciência econômica e que, ao invés de “não ter sido tratada”, é de fato “intratável”. Além disso, Nishibe introduz as doutrinas econômicas de Owen e Thompson no Reino Unido e de Proudhon na França, que apresenta suas visões sobre moeda local. (Nishibe, 2003, pp 5-6)

6 Apesar de Keynes considerar a visão de Gesell como “socialismo liberal”, a ênfase aqui não é no “socialismo”, mas em “liberal”. (Darity, 1995, pp. 38-39) “De fato, um dos objetivos principais de Keynes (enquanto um conservador esclarecido) era salvar o capitalismo”. (Dowd *apud* Preparata, 2002, p. 246)

7 “Apesar de ser menos exaustiva que seu tratamento sobre o dinheiro, a parte sobre a terra do NEO [Ordem Econômica Natural], descartada por Keynes no curso da exploração idiossincrática da obra principal de Gesell como sem valor maior devido à sua falta de originalidade, é, no entanto, componente essencial da visão Geselliana”. (Preparata & Elliot, 2004, p. 924)

8 Esse artigo refere-se à “economia anarquista” como sendo as doutrinas econômicas em linha com Gesell e Proudhon.

9 Um egoísta difere-se de uma pessoa autointeressada no sentido ordinário. Stirner (1995) demonstra o ego pessoal alienado por um ego de Deus no processo de desenvolvimento dialético em *The Ego and Its own*. Além disso, ele revela que o ego pessoal está até mesmo sujeito a pensamentos de humanismo desde Feuerbach. Stirner descreve os egoístas como pessoas que se apegam ao “possuir” como seu próprio mestre, sem que elas se sujeitem a outras pessoas ou pensamentos.

10 Mais precisamente, deveríamos chamar isso de “anocracia” ao invés de anarquia. (Preparata, 2006, p. 619) Gesell indica um erro de terminologia vindo da mistura entre “anarquia da produção” e “anarquia”. “Frequentemente, o sentido errôneo da palavra anarquia é usado para acusar o setor privado tomando-se por referência os seus planos. Quando os participantes do setor privado são acusados de caos, a economia é considerada como sendo guiada perfeitamente por planos e com o auxílio de estatísticas. No entanto, este pensamento é muito ingênuo”. (Gesell, 2007b, p. 393)

11 Apesar do termo SCM [socialismo centrado no mercado] não ser geralmente usado, este artigo utiliza-o para evitar a confusão com o “socialismo de mercado” da China atual e outras reformas de países socialistas, assim como com o sentido de oposição ao neoliberalismo.

12 Os pensamentos de Stirner e Proudhon orientam para um “desejo comunal dentro de um regime temperado de propriedade privada”, em outras palavras, “um sistema misturado de propriedade balanceado por uma ação redistributiva pela mão pública” (Preparata, 2006, pp. 621-622).

13 Do ponto de vista de Gesell, apesar de Kautsky (1919) ser crítico ao bolchevismo, um futuro da social-democracia do tipo de Kautsky resultaria em um “Estado planejado” assim como em um tipo do socialismo de Lenin. Ademais, as pessoas não aceitam o socialismo do tipo da União Soviética, o que é demonstrado pela crescente migração da União Soviética para a Alemanha. (Gesell, 1958, p. 49)

14 Por exemplo, ver o estudo de Proudhon ‘Fifth Study: Social Liquidation’ em *General Idea of the Revolution in the Nineteenth Century* (2007).

15 Gesell refere-se ao Prefácio, onde é dito: “a abolição da receita indevida, da assim chamada mais-valia, também conhecida como juros e renda, é o objetivo econômico imediato de todo movimento socialista”; isto limita o papel da exploração da mais-valia em favor de juros e renda. (Gesell, 1958, p. 27)

16 Nós devemos prestar atenção ao fato de que nem Gesell nem Marx perceberam que “Proudhon estava muito ciente de que a exploração ocorria no ponto da produção”. (Mckay, 2011, p. 8)

17 Gesell nega completamente as teorias de valor para descrever a abstração do tempo de trabalho como a substância de valor de uma mercadoria pelo chamado “método de destilação”. Sobre isso, ver Gesell (1958, pp. 151-153).

18 “O contrato de salário nada mais é do que um contrato de venda sobre estas mercadorias entre o trabalhador e o empreendedor”. (Gesell, 2007b, p. 363)

19 “Capitalismo – uma condição econômica na qual a demanda por dinheiro e capital real excede a oferta gerando, portanto, os juros”. (Gesell, 1958, p. 244).

20 Segundo Gesell, nós não deveríamos optar por greves, mas sim criar uma situação na qual o capital monetário não pudesse obter juros ao ser empregado produtivamente para criar uma sobreoferta de capital, o que reduziria a taxa de juros do capital real.

21 A resenha de Graeber sobre Bakunin não seria justa, porque Bakunin também foca na escravidão salarial.

22 “O trabalho é testemunha deste espírito inquieto, que é em última instância o sentimento de força e segurança e que está em todo aquele que está ciente de si. No entanto, este senso de segurança é uma pré-condição para um pensamento claro e julgamentos justos.” (Gesell, 2007a, p. 226)

23 Terra livre de primeira classe não está comprometida com os padrões de formação dos produtos do trabalho porque ela é sempre superior em relação à terra livre não arrendada de terceira classe.

24 Sujeitos que participam em editais públicos não se limitam às decisões individuais e privadas. Desde que eles concordem com “terra livre”, a instituição inclui “também traços nítidos de colônias comunistas, anarquistas e social-democratas para sociedades cooperativas ou comunidades religiosas”. (Gesell, 1958, pp. 89-90)

25 “Essa força econômica e essa independência econômica mudarão certamente toda a relação das pessoas entre si; maneiras, costumes, fala e caráter ficarão logo mais livres e nobres”. (Gesell, 1958, p. 144)

26 O uso do termo “resultado do trabalho” em Gesell deve ser entendido como salários reais em espécie (produto em valor de uso).

27 Essa citação de Gesell deixa claro que o conceito de lucro aqui é definido como salário do comerciante e do empreendedor, que seria categorizado como renda de trabalho.

28 Schwarcz, referindo-se à mesma descrição de Engels em sua crítica a Marx, interpreta as coisas materiais como capital, ao apontar que dinheiro acumulado é capital. Para ele, o argumento de Engels contradiz até mesmo a teoria do valor trabalho de Marx. (Schwarcz, 2008, p. 9)

29 A frase “Se Dühring quer manter o dinheiro metálico” não existe no texto original de Engels (1987, p. 289).

30 Apesar de Gesell ser um teórico da moeda fiduciária, os sucessos práticos de suas teorias não se devem ao argumento da moeda fiduciária. Isto porque, tanto com a Wära em Schwanenkirchen quanto com os certificados de trabalho em Wörgl, as empresas e os governos locais eram os emissores da moeda local por pagarem os salários dos servidores públicos e os custos das obras públicas. Assim, há uma rota obscura para ofertar moeda nos termos da teoria de Gesell, visto o sucesso de moedas locais emitidas como equivalentes de tempo de trabalho e empreendimento. Isto deve ainda ser avaliado. Do contrário, a prefeitura de Kanagawa no Japão, que tem emitido uma moeda local chamada LOVES (*Local Value Exchange System*, 2002-2007), estaria cometendo um erro similar quanto à teoria da moeda fiduciária, visto que ela emitiu 10 mil unidades para cerca de 90 mil cidadãos.